

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2022
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOHIMENTO, ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA E GUARDA DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (CAPRINOS, OVINOS, BOVINOS, BUBALINOS, EQUINOS, SUÍNOS, MUARES E ASININOS), APREENDIDOS POR ESTAREM SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS OU EM SITUAÇÃO DE MAUS TRATOS, DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE FORMIGA – MG, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 07/03/2022 às 08:00h até dia 18/03/2022 às 08horas e 30min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 08horas e 31min do dia 18/03/2022

SITE PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO:
www.licitanet.com.br

ESCLARECIMENTOS/PEDIDOS:
pregoeirosformiga@gmail.com

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS
Endereço: R: Barão de Piumhi, 92 A, Centro. Formiga/MG – CEP: 35570-128.
Setor de Licitações
Aos cuidados do (a) Pregoeiro (a)
Telefone: (37) 3329-1844 –
E-mail: pregoeirosformiga@gmail.com

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: Nos sites www.licitanet.com.br e www.formiga.mg.gov.br

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,05 (cinco centavos).

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2022
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

Pelo presente processo, o Município de Formiga torna pública a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO -O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei nº 10.520/02, a Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e o Decreto 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/06 com a redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pelas demais normas e condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O Pregão será conduzido pelo (a) Pregoeiro (a), auxiliado pela Equipe de Apoio, conforme designação das Portarias nº 4.287 de 19 de fevereiro de 2021, Portaria nº 4.288 de 19 de fevereiro de 2021, Portaria nº 4.289 de 19 de fevereiro de 2021, Portaria nº 4.314 de 09 de março de 2021, Portaria nº 4.369 de 20 de abril de 2021, Portaria nº 4.501 de 05 de Agosto de 2021 e Portaria nº 4.661 de 07 de fevereiro de 2022. Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de avisos localizado na Rua Barão de Piumhi, nº 92 – 1º andar, Centro – Formiga MG, cuja cópia poderá ser obtida através do Site www.formiga.mg.gov.br, pelo endereço www.licitanet.com.br, do e-mail: pregoeirosmpmformiga@gmail.com ou de requerimento dirigido ao(s) Pregoeiro(s) na Diretoria de Compras Públicas do Município de Formiga-MG, no horário de 08:00 às 16:00 horas.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA 18/03/2022

HORÁRIO: 08horas e 31min

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

1. DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO, ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA E GUARDA DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (CAPRINOS, OVINOS, BOVINOS, BUBALINOS, EQUINOS, SUÍNOS, MUARES E ASININOS), APREENDIDOS POR ESTAREM SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS OU EM SITUAÇÃO DE MAUS TRATOS, DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE FORMIGA – MG, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justifica-se o pedido do objeto em razão da necessidade do acolhimento e guarda dos animais de médio e grande porte que forem encontrados soltos em vias públicas ou em situações de maus tratos, a fim de evitar transtornos à ordem urbanística, advindos da sujeira pelo derramamento de lixo e fezes, acidentes de trânsito e ainda a disseminação de diversas zoonoses. Acrescenta-se, ainda, o atendimento ao Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503/97 e a Lei Municipal nº 4595/2012 que dispõe sobre o trânsito e a utilização das vias públicas por animais, a fim de garantir as condições adequadas ao tráfego.

2.2 Tal contratação se justifica também pelo fato de que o município não possui disponibilidade de local e nem de pessoal, adequados para assumir tais serviços.

3. ANEXOS

3.1. Integram este edital os seguintes anexos: Termo de Referência (**Anexo 01**), Minuta do Contrato de Prestação de Serviço (**Anexo 02**), Declaração da Inexistência de Parentesco (**Anexo 03**) e Planilha de Preço Médio (**Anexo 04**).

4. TIPO DO PREGÃO

4.1. Este PREGÃO é do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do Pregão somente empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, que atenderem a todas as exigências deste edital e seus anexos.

5.2. A licitante deverá estar regularmente cadastrada junto ao LICITANET – Licitações Online no sítio: **www.licitanet.com.br**.

5.3. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site detentor da plataforma eletrônica (**www.licitanet.com.br**).

5.4. O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 5º da Lei nº 10.520/02.

6. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTE PREGÃO:

6.1. Não poderão participar desta Licitação empresas que se enquadre em uma ou mais das seguintes situações:

- a)** Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Formiga, durante o prazo da sanção aplicada;
- b)** Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c)** Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste procedimento licitatório;
- d)** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, estão localizadas no mesmo endereço ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- e)** Empresas com sócios em comum para o mesmo item, pois afronta os princípios da moralidade, impessoalidade e isonomia, interferindo diretamente na competitividade do certame.

f) Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

g) FICAM IMPEDIDOS DE PARTICIPAR DE LICITAÇÕES REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, PARENTES ATÉ 3º GRAU, DE GESTORES E/OU SERVIDORES LOTADO NA RESPECTIVA ENTIDADE, CONFORME PORTARIA MUNICIPAL Nº 4.063 DE 05 DE MAIO DE 2020.

6.2. As vedações do item 6.1 e suas alíneas são de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

7. CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

7.1. O edital completo encontra-se no site www.formiga.mg.gov.br, e www.licitanet.com.br.

7.2. Todas as alterações, retificações ou esclarecimentos que porventura se fizerem necessários serão publicados nos sites www.formiga.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, sendo que o acompanhamento destas informações será de total responsabilidade das licitantes.

7.3. Se for solicitado pela licitante (via e-mail ou telefone), o edital também poderá ser enviado por email, não sendo necessário o pagamento do custo do edital.

7.4. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.formiga.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, visando ao conhecimento de possíveis alterações e avisos.

7.5. Os pedidos de esclarecimentos sobre o Edital poderão ser encaminhados, preferencialmente, para o e-mail pregoeirospmformiga@gmail.com, anexados na plataforma Licitanet ou, ainda, protocolizados no Setor de Licitações, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para recebimento das propostas.

7.6. As respostas do(a) Pregoeiro(a) às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail e disponibilizadas nos sites www.formiga.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, ficando acessíveis a todos os interessados.

7.7. Nos sites citados serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o (a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar os sites com frequência.

7.8. Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico pregoeirospmformiga@gmail.com, anexadas na plataforma do Licitanet ou protocolizadas no Setor de Licitações, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a), que deverá decidir sobre a petição.

7.9. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

7.10. O Município de Formiga/MG, não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo (a) Pregoeiro(a), e que, por isso, sejam intempestivas.

7.11. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

7.12. A decisão do (a) Pregoeiro (a) será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no site deste Município e na plataforma do pregão eletrônico para conhecimento de todos os interessados.

8. DO CREDENCIAMENTO NA LICITANET – LICITAÇÕES ONLINE

8.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de Home Broker, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos conforme subitem 5.3.

8.3. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto ao LICITANET – Licitações On-line, ou canceladas por solicitação do licitante.

8.4. A manutenção ou alteração da Senha de acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento Online (CHAT) do site LICITANET – Licitações On-line, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

8.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a Licitanet – Licitações On-line e nem a Prefeitura Municipal de Formiga – Mg a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.6. O cadastramento do licitante junto a Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao certame.

8.7. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633 e (34) 9807-6633 ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br.

9. DO CADASTRO NO APLICATIVO HABILITANET

9.1. O Habilitanet constitui um aplicativo de gestão de documentos da LICITANET – LICITAÇÕES ON-LINE

9.2. A habilitação dos fornecedores em licitação pertinente à aquisição de bens e serviços deverão ser comprovadas por meio de prévia e regular inscrição cadastral no **HABILITANET**, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

9.3. O Credenciamento junto ao aplicativo **HABILITANET** permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão Eletrônico.

Para a habilitação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar tempestivamente credenciado no aplicativo HABILITANET, devendo encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item 18, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10. DA PARTICIPAÇÃO

10.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

10.2. Caberá ao licitante acompanhar atentamente as operações na Plataforma Eletrônica durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Plataforma Eletrônica ou da desconexão.

10.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso na plataforma operacional poderá ser esclarecida pelo Suporte: (34) 3014-6633 e (34) 9807-6633 ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br.

11. DA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

11.1. A partir do horário previsto no Edital e na Plataforma Eletrônica, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o (a) Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

11.2. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

11.3. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados à Plataforma Eletrônica para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.6. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. A plataforma **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes e nem ao (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio.

11.7. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte **modo de disputa: aberto** – os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

11.10. No modo de disputa aberto, **a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos**, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da etapa de lances.

11.11. A **prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.12. Na hipótese de não haver novos lances na forma acima, a etapa será encerrada automaticamente.

11.13. Encerrados os lances sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) Pregoeiro (a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no § único do art. 7º do Decreto 10.024, mediante justificativa.

11.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o

melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

11.15. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.16. Encerrada a etapa de negociação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

11.17. A plataforma informará a proposta de menor valor do lote/item imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de maior valor.

11.18. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

11.19. O (a) Pregoeiro (a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784/99.

11.20. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligência, com vistas ao saneamento de que trata o item 11.19, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12. PROPOSTA NA PLATAFORMA ELETRÔNICA

12.1. O encaminhamento de proposta (s) para a Plataforma de Pregão Eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome na Plataforma Eletrônica, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

12.2. Poderão ser inabilitadas as propostas inseridas na Plataforma de Pregão Eletrônico que deixarem de conter: a) as **especificações dos itens com marca e fabricante (quando possível)**, em conformidade com as especificações constantes neste edital e termo de referência; b) **proposta de preços**, com mais de duas casas decimais, haja vista que deverão ser apresentadas com no máximo duas casas decimais.

13. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

13.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura das propostas.

13.2. Na proposta escrita, deverá conter:

a) Data e assinatura do representante legal da proponente; (caso a proposta seja assinada por pessoa diferente da (s) constante (s) no Contrato Social, deverá ser anexada Procuração conferindo poderes para o ato).

b) Razão social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; Inscrição Estadual

c) Endereço completo;

d) As especificações do material com marca e modelo (se for o caso), em conformidade com as especificações constantes no edital e seus anexos;

e) Prazo de validade da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de abertura da sessão pública do pregão, no silêncio assim será considerado;

f) Preço unitário e total do item com até 02 (duas) casas decimais (números arábicos e por extenso), já incluídas todas as despesas com transportes, imposto, taxas, seguros, bem como ônus decorrentes de contratação de pessoal, leis trabalhistas, da Previdência Social, encargos fiscais, comerciais, inclusive descarga dos equipamentos, e outras que direta ou indiretamente incidirem sobre a contratada.

13.2.1. O preenchimento do campo “marca” e “modelo” (se for o caso) dos materiais ofertados é obrigatório, sob pena de desclassificação do item que não apresentar essa especificação.

13.2.2. Não será admitida cotação inferior ou superior à quantidade prevista neste edital.

13.3. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerá estes últimos.

13.4. Atendidos todos os requisitos será (ão) considerada (s) vencedora (s) a (s) licitante (s) que oferecer (em) o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

14. PRAZO, LOCAL CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) E TELEFONE.

14.1 A execução do serviço deverá ser imediata, conforme encaminhamento dos animais pela empresa contratada para recolhimento, atendendo todas exigências e especificações apresentadas. A responsável pela fiscalização e acompanhamento da prestação de serviços será Lohana Muniz, **conforme exigência do Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008**, a qual poderá ser contatada pelos telefones 37 3329 1804; ou 9 91263306 e/ou pelos e-mails: semam_fga@yahoo.com.br; codefa.codevida@gmail.com.

15. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

15.1. O objeto será aceito após a verificação pelo FISCAL nomeado, responsável pelo gerenciamento e inspeção do contrato, do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes no contrato, no edital e nos demais documentos integrantes do procedimento administrativo, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

15.2. Segue abaixo a descrição detalhada do objeto, especificações, dentre outros elementos que propiciam a formulação da proposta por parte das empresas.

	LOTE				VALOR TOTAL
	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	
1	Serviço de acolhimento e guarda de animais de médio e grande porte, incluindo alimentação e medicamentos.	4.000	Diária	R\$ 56,25	R\$ 225.000,00

2	Serviço médico veterinário com avaliação clínica, dos animais acolhidos	12	Mensal	R\$ 7.775,65	R\$ 93.307,80
3	Microchipagem e vermifugação	350	Serviço	R\$ 74,87	R\$ 26.204,50
4	Exames IMA + taxa de envio	350	Serviço	R\$ 130,21	R\$ 45.573,50
				Valor total	R\$ 390.085,80

15.3. OBS: Previsão média de acolhimento de 25 animais/mês, permanência máxima de 10 dias (após este período os animais poderão ser doados conforme Lei Municipal nº 4595, de 10 de fevereiro de 2.012, Art. 29, Inciso III, § 3º).

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, foram designados pela autoridade competente, através da Portaria nº 4.318 de 12 de março de 2021, a agente Lohana Muniz, para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representante da Administração.

16.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

16.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

16.4. A escolha do fiscal recairá sobre pessoa que detenha conhecimento técnico suficiente do objeto, para acompanhar a assistência médica veterinária fornecida ao animal pela contratada, inclusive com a validação dos laudos emitidos, quando necessário.

17. DAS CONDIÇÕES DE PRAZO E PAGAMENTO

17.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria Municipal, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento / Serviço - AF e Nota Fiscal / Fatura, corretamente.

17.2. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços, objeto do contrato, nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela secretaria adquirente.

17.3. A Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

17.4. O Fiscal e/ou a Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal / Fatura, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

17.5. O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

17.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato.

17.7. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

18. DA HABILITAÇÃO

18.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de identidade do responsável legal da empresa.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

18.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão de Regularidade da Fazenda Pública Federal, conjunta com a Dívida Ativa da União que abrange regularidade com o INSS;
- c) Certidão de Regularidade Estadual;
- d) Certidão de Regularidade Municipal (da sede do licitante);
- e) Certidão de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho, disponível no site www.tst.jus.br/certidao), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do art. 29, V da Lei nº 8.666/93 e art. 642-A da CLT (incluído pela Lei nº 12.240/11);

18.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordatas, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93.

18.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Cópia da inscrição do responsável técnico da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV;
- b) Cópia do registro da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV;
- c) Declaração afirmando que a licitante disporá de instalações, equipamentos e pessoal técnico especializados e necessários à prestação dos serviços, objeto da licitação, devidamente assinada pelo representante legal da empresa.
- d) Comprovação de aptidão em desempenho anterior de atividade pertinente e compatível em características semelhantes ao objeto de contratação, através de apresentação de Atestado(s)

fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante (Artigo 30, II da Lei 8.666/93).

18.4.2. JUSTIFICATIVA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A documentação solicitada é autorizada pelo Artigo 30, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e objetiva certificar a habilitação e aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

18.5. DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CRFB/88:

a) assinalar em campo próprio do sistema a situação em que se enquadra a empresa no que se refere ao cumprimento do art. 7º, XXXIII da CRFB/88;

18.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, só puderem ser emitidos em nome da Matriz ou aqueles que abrangem matriz e filiais;

18.6.1. Todos os documentos que não possuírem data de validade estabelecida pelo órgão expedidor deverão ter sido emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.

18.6.2. Os documentos retirados da internet terão sua autenticidade certificada junto aos “sites” dos órgãos emissores.

19. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA POR LOTE

19.1. A unificação do objeto em lote justifica-se pelo serviço de acolhimento de animais necessitar da presença de um Médico Veterinário como Responsável Técnico para prestar a devida assistência, minimizando tempo com o deslocamento e a ocorrência imprevista de agravo a saúde do animal, a qual requer assistência médica imediata, sendo ainda que o transporte de animais de médio e grande porte de um local para outro tornaria a prestação dos serviços onerosa.

19.2. Por sua vez, a LEI Nº 5.517, DE 23 DE OUTUBRO DE 1968 dispõe que é da competência privativa do médico veterinário a assistência técnica e sanitária aos animais, sob qualquer forma.

20. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

20.1 As MPEs vencedoras do certame que possuírem alguma restrição com relação a comprovação de regularidade fiscal terão o prazo de **05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias**, contados a partir dessa declaração, para regularização dessa situação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

20.2 A não regularização da documentação da MPE vencedora no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

20.3. No caso da não regularização da documentação serão convocados pelo Município os licitantes remanescentes na ordem de classificação para assinatura do contrato.

21. DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

21.1 No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão Eletrônico.

21.2 Para efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão marcar em campo próprio do sistema a sua condição.

21.3 A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 caracterizará infração administrativa, sem afastar as demais infrações penais cabíveis.

21.4 A análise das propostas pelo (a) Pregoeiro (a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixadas no Edital;

a) No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

21.5 Atendidos todos os requisitos será (ão) considerada (s) vencedora (s) a (s) licitante (s) que oferecer (em) o **MENOR PREÇO POR LOTE**

21.6 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou a legislação em vigor.

21.7 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o proponente, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável em razão de atender aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

21.8 No caso de eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades o (a) Pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.9 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

21.10 Os **documentos complementares** à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo de até 03 (três) horas contado da solicitação do Pregoeiro (a) no sistema.

21.11 A verificação será certificada pelo (a) Pregoeiro (a) e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

21.12 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

21.13 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

21.14 As empresas vencedoras dos itens/lotos se houver modificação do valor destes em razão da fase de lances, deverá enviar nova proposta por escrito contendo os preços unitários e por lote dos itens por ela vencidos.

22. DOS RECURSOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

22.1 Declarado o vencedor e disparado o aviso de recurso no chat, qualquer licitante que desejar poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer dentro do prazo de **30 (trinta) minutos** em campo próprio no sistema com registro da síntese das suas razões.

a) ao (a) Pregoeiro (a) caberá o juízo de admissibilidade.

a.1) não serão recebidos recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não for suficientemente justificada e fundamentada a intenção de interpor o recurso pelo licitante;

b) aceito o recurso pelo (a) Pregoeiro (a), será facultado ao licitante juntar memoriais no prazo de **03 (três) dias úteis** (contados a partir do primeiro dia útil após o dia da sessão do pregão);

c) os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

22.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo (a) Pregoeiro (a) ao vencedor.

22.3 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de Aproveitamento;

22.4 Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

22.5 Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

22.6 Os recursos e respectivas impugnações cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

22.7 Ser dirigido a Prefeitura Municipal de Formiga – MG- Diretoria de Compras Públicas, aos cuidados do (a) Pregoeiro (a), no prazo de 03 (três) dias úteis, conforme estabelecido acima;

22.8 Ser dirigido ao Prefeito Municipal de Formiga - MG, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666/93;

22.9 Não serão conhecidas as razões de recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.

22.10 Interposto o recurso, o (a) Pregoeiro (a) poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

22.11 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

22.12 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.13 A adjudicação será feita por item;

22.14 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito.

22.15 É facultado à Administração transferir a adjudicação aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo 1º (primeiro) classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital, nas condições do § 2º, do art. 64 da Lei 8.666/93;

22.16 Poderá a proposta de a licitante ser desclassificada até a contratação, se tiver a Administração conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: 07 01 04.122.0001.2.166 3.3.90.39.00.00.00.00 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Gestão Ambiental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Não serão utilizados recursos da União para pagamento dos serviços.

24. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

24.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

24.1.1 Emitir Autorização de Fornecimento / Serviço;

24.1.2 Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

24.1.3 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas. A Administração pagará o preço homologado, fiscalizará e gerenciará a execução do contrato e valores contratados conforme exigência do Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008 e Leis aplicáveis;

24.1.4 Fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

24.1.5 Rejeitar todo e qualquer serviço/material em desconformidade com as especificações deste Edital;

24.1.6 Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa;

24.1.7 Supervisionar as atividades realizadas pela CONTRATADA, dando subsídios técnicos e conceituais para a qualificação da prática do atendimento aos animais, a partir dos princípios estabelecidos em normas legais;

24.1.8 Providenciar as medidas administrativas (doação dos animais) necessárias à destinação dos animais guardados e não reclamados, decorridos os prazos estabelecidos pela Lei Municipal nº 4595/2012;

24.1.9 Responsabilizar-se pelo transporte dos animais até o local designado pela CONTRATADA.

24.2 AS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

24.2.1 Executar o objeto em conformidade com a descrição técnica contida neste Edital;

- 24.2.2** Disponibilizar instalações físicas em boas condições sanitárias para guarda dos animais, tais como currais e áreas de pastagens e que garantam a vigilância para evitar extravios dos animais durante o período de guarda;
- 24.2.3** Receber os animais encaminhados, a qualquer hora do dia, por um serviço de transporte animal terceirizado e contratado pela Secretaria Municipal de Gestão Ambiental, mediante entrega da resenha do animal e respectivo Boletim de Ocorrência;
- 24.2.4** Fornecer alimentação e tratamento médico-veterinário regular aos animais acolhidos;
- 24.2.5** Prover fichas individuais relativas a dados do estado clínico dos animais com informações dos seus parâmetros vitais e sobre o seu estado de saúde de modo geral e eventuais tratamentos recebidos;
- 24.2.6** Implantar sistema de identificação e registro de animais com utilização de microchips, com o objetivo de facilitar o monitoramento dos animais apreendidos e reincidentes;
- 24.2.7** Providenciar a vigilância do local para evitar fugas e/ou furtos dos animais acolhidos;
- 24.2.8** Exigir, quando da liberação dos animais, cópia do documento de identidade do proprietário e comprovante de endereço, além do comprovante de pagamento das tarifas, e demais encargos referentes à guarda de animais de seus proprietários ou responsáveis legais;
- 24.2.9** Responsabilizar-se pelas indenizações decorrentes da perda imputável à CONTRATANTE dos animais sob sua guarda, incluídos roubo, furto e morte;
- 24.2.10** Os animais deverão ficar em quarentena por um período de 24 (vinte e quatro) horas para observação clínica, sendo considerado inimputável.
- 24.2.11** Emitir relatório de situação mensal, contendo informações sobre animais recebidos e/ou liberado;
- 24.2.12** Expedir, quando for o caso, declaração dos animais não reclamados, com as especificações do animal e o número do Boletim de Ocorrência;
- 24.2.13** Garantir os materiais necessários ao atendimento do objeto, conforme proposta apresentada;
- 24.2.14** Disponibilizar pessoal técnico adequado para a realização do objeto da licitação, contendo na equipe técnica no mínimo um Responsável Técnico (RT) Médico Veterinário;
- 24.2.15** Oferecer quadro de profissionais e espaço suficiente para acolher cerca de 25 (vinte e cinco) animais de médio e grande porte que forem apreendidos por estarem soltos em vias e áreas públicas dentro do período de um mês;
- 24.2.16** Os animais deverão passar por uma avaliação clínica, tão logo estejam na sede da CONTRATADA, descrevendo todos os parâmetros vitais e achados clínicos encontrados, descrevendo ainda eventuais lesões ocorridas em decorrência do transporte, devendo ainda submeter os mesmos a microchipagem;
- 24.2.17** Prestar assistência veterinária ao animal, doente, ferido, mutilado, extenuado, realizar exames IMA (taxa inclusa), estipulados pelo controle sanitário de órgãos oficiais como o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, incluindo prescrição de medicamentos/tratamentos pertinentes quando a situação dos animais acolhidos assim exigir.
- 24.2.18** Informar para a Tesouraria do Município os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: tesourariapmf@gmail.com
- 24.2.19** Apresentar a Fiscalização a Anotação de Responsabilidade Técnica, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato, na Secretaria Municipal de Gestão Ambiental.

24.2.20 A CONTRATADA DEVERÁ ENTREGAR, EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO, PARA A FISCAL DO PROCESSO, DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME MODELO DO ANEXO 03 DESTE EDITAL.

25. DO LOCAL E CONDIÇÕES PARA GUARDA

25.1 Disponibilizar local apropriado para o acolhimento dos animais, podendo ser imóvel próprio ou locado, com pasto, capineira ou estábulo, inclusive com área reservada para os animais que necessitarem de cuidados especiais;

25.2 Possuir área suficiente para o manejo dos animais.

25.3 Dar aos animais tratamento digno e adequado desde o ato da apreensão e durante todo o período de permanência no local de guarda, não devendo ser maltratados ou mantidos em espaços não condizentes com o seu porte;

25.4 Fornecer alimentação e água em condições adequadas para os animais;

25.5 Prestar assistência veterinária. A presença de um Médico Veterinário como Responsável Técnico para prestar a devida assistência, se dá em razão de minimizar tempo com o deslocamento e a ocorrência imprevista de agravo a saúde do animal, a qual requer assistência médica imediata.

25.6 Por sua vez, a LEI Nº 5.517, DE 23 DE OUTUBRO DE 1968 dispõe que é da competência privativa do médico veterinário a assistência técnica e sanitária aos animais, sob qualquer forma.

25.7 Manter atualizado o arquivo clínico de cada animal contendo os seguintes dados: data e local da captura, sexo, raça, idade presumida, foto do momento da apreensão, estado de saúde atestado pelo veterinário, tratamento recebido, data de saída, motivo de saída;

25.8 Informar ao município a solicitação de liberação do animal pelo seu proprietário e a quantidade de diárias visando o cálculo do valor devido e a expedição de guia de pagamento;

25.9 Liberar os animais somente após autorização formal da Secretaria requisitante;

25.10 Submeter-se às visitas periódicas da equipe da fiscalização sanitária;

25.11 Apresentar relatório mensal à Secretaria requisitante dos animais capturados com sua identificação completa;

25.12 Disponibilizar número de telefone celular para possibilitar contato direto e imediato com o contratado, durante 24hs por dia e 7 dias por semana, para recebimento de chamadas, atendimento aos proprietários dos animais, assim como, atender adequadamente os fluxos, normas e ordens definidas pela Secretaria Municipal de Gestão Ambiental;

25.13 Cadastrar a documentação dos proprietários, indicando com facilidade e rapidez as reincidências;

25.14 Comunicar toda e qualquer situação/evento que ocorra com o animal enquanto estiver sob a sua guarda;

25.15 Manter um local apropriado para separar os animais que porventura estiverem doentes (quarentena);

25.16 Deverá ser credenciado pelo contratado, para entrada no imóvel, todos os donos dos animais apreendidos para os efeitos de reconhecimento e posse dos mesmos;

25.17 Arcar com todas as despesas referentes à execução do contrato.

26. DAS PENALIDADES:

26.1 Nas hipóteses de descumprimento contratual, inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

26.2 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto e à Administração;

26.3 Ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Formiga, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no artigo 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019;

26.4 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

26.5 Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Art. 87 da Lei 8666/93;

26.6 Multa de mora no percentual de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor remanescente do contrato pela inadimplência até o limite de 02 (dois) dias, caracterizando a inexecução parcial do mesmo;

26.7 Multa compensatória no percentual de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor remanescente do contrato pela inadimplência, além do prazo de 02 (dois) dias, caracterizando a inexecução total do mesmo.

26.8 A aplicação das penalidades capituladas nos subitens anteriores não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas no art. 87 da Lei 8.666, de 21/06/1993, publicada no DOU de 22/06/1993.

26.9 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade superior devidamente justificado.

26.10 O montante da multa poderá, a critério do Município de Formiga-MG, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos ao fornecedor, independentemente de qualquer notificação.

27. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

27.1. Para análise da viabilidade da proposta, cujo lance final seja de valor inferior a **70% (setenta por cento)** do valor de referência, poderá o pregoeiro solicitar planilha de composição de custos e formação de preços, para fins de verificação pelo pregoeiro da exequibilidade da proposta apresentada em conformidade com as especificações do objeto licitado. A licitante deverá apresentar a referida planilha no prazo informado pelo (a) pregoeiro (a). Em caso de não cumprimento do prazo supramencionado a proposta será desclassificada.

28. DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **LICITANET – LICITAÇÕES ON-LINE** e as especificações constantes deste Edital prevalecerão as últimas.

28.2 A participação do proponente na presente licitação pressupõe a aceitação das condições estipuladas deste Edital.

28.3 As normas disciplinadas deste Pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, e dos contratos delas decorrentes.

28.4 Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de aviso localizado na Rua Barão de Piumhi, 92 (1º Andar) – Centro – Formiga - MG, cuja cópia poderá ser obtida através dos Sites www.formiga.mg.gov.br, www.licitanet.com.br/ ou através de requerimento dirigido à Diretoria de Compras Públicas, na Rua Barão de Piumhi 92 A (2º Andar) - Centro, Formiga–MG.

28.5 O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei n.º 8.666/93, lei nº 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, bem como o **Decreto Municipal 3912 de 05 de maio de 2008** e as demais normas e condições estabelecidas no Edital.

28.6 O edital será disponibilizado no endereço eletrônico www.formiga.mg.gov.br ou podendo ser solicitado pelo e-mail pregoeirospmformiga@gmail.com.

Formiga, 16 de fevereiro de 2022.

Elaborado por: _____

AMORA MORAIS DIAS ALCÂNTARA ALVES

Coordenadora de Pregão

APROVADO POR: _____

LEYSER RODRIGUES OLIVEIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL

ANEXO 01
TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto da aquisição

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de acolhimento, assistência veterinária e guarda de animais de médio e grande porte (caprinos, ovinos, bovinos, bubalinos, equinos, suínos, muares e asininos), apreendidos por estarem soltos em vias públicas ou em situação de maus tratos, dentro do perímetro urbano do Município de Formiga – MG, atendendo à Secretaria Municipal de Gestão Ambiental.

Justificativa da contratação

Justificamos o pedido do objeto em razão da necessidade do acolhimento e guarda dos animais de médio e grande porte que forem encontrados soltos em vias públicas ou em situações de maus tratos, a fim de evitar transtornos à ordem urbanística, advindos da sujeira pelo derramamento de lixo e fezes, acidentes de trânsito e ainda a disseminação de diversas zoonoses. Acrescenta-se, ainda, o atendimento ao Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503/97 e a Lei Municipal nº 4595/2012 que dispõe sobre o trânsito e a utilização das vias públicas por animais, a fim de garantir as condições adequadas ao tráfego.

Tal contratação se justifica também pelo fato de que o município não possui disponibilidade de local e nem de pessoal, adequados para assumir tais serviços.

Critérios de aceitabilidade do objeto

O objeto será aceito após a verificação pelo FISCAL nomeado, responsável pelo gerenciamento e inspeção do contrato, do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes no contrato, no edital e nos demais documentos integrantes do procedimento administrativo, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

Segue abaixo a descrição detalhada do objeto, especificações, dentre outros elementos que propiciam a formulação da proposta por parte das empresas.

	LOTE				
	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de acolhimento e guarda de animais de médio e grande porte, incluindo alimentação e medicamentos.	4.000	Diária	R\$ 56,25	R\$ 225.000,00

2	Serviço médico veterinário com avaliação clínica, dos animais acolhidos	12	Mensal	R\$ 7.775,65	R\$ 93.307,80
3	Microchipagem e vermifugação	350	Serviço	R\$ 74,87	R\$ 26.204,50
4	Exames IMA + taxa de envio	350	Serviço	R\$ 130,21	R\$ 45.573,50
				Valor total	R\$ 390.085,80

OBS: Previsão média de acolhimento de 25 animais/mês, permanência máxima de 10 dias (após este período os animais poderão ser doados conforme Lei Municipal nº 4595, de 10 de fevereiro de 2.012, Art. 29, Inciso III, § 3º).

Prazo, local, condições de execução, responsável pelo recebimento, endereço eletrônico (e-mail) e telefone.

A execução do serviço deverá ser imediata, conforme encaminhamento dos animais pela empresa contratada para recolhimento, atendendo todas exigências e especificações apresentadas. A responsável pela fiscalização e acompanhamento da prestação de serviços será Lohana Muniz, conforme exigência do **Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008**, a qual poderá ser contatada pelos telefones 37 3329 1804; ou 9 91263306 e/ou pelos e-mails: semam_fga@yahoo.com.br; codefa.codevida@gmail.com

Justificativa da escolha por lote

A unificação do objeto em lote justifica-se pelo serviço de acolhimento de animais necessitar da presença de um Médico Veterinário como Responsável Técnico para prestar a devida assistência, minimizando tempo com o deslocamento e a ocorrência imprevista de agravo a saúde do animal, a qual requer assistência médica imediata, sendo ainda que o transporte de animais de médio e grande porte de um local para outro tornaria a prestação dos serviços onerosa.

Por sua vez, a LEI Nº 5.517, DE 23 DE OUTUBRO DE 1968 dispõe que é da competência privativa do médico veterinário a assistência técnica e sanitária aos animais, sob qualquer forma.

Do local e condições para guarda

1. Disponibilizar local apropriado para o acolhimento dos animais, podendo ser imóvel próprio ou locado, com pasto, capineira ou estábulo, inclusive com área reservada para os animais que necessitarem de cuidados especiais;
2. Possuir área suficiente para o manejo dos animais.

3. Dar aos animais tratamento digno e adequado desde o ato da apreensão e durante todo o período de permanência no local de guarda, não devendo ser maltratados ou mantidos em espaços não condizentes com o seu porte;
4. Fornecer alimentação e água em condições adequadas para os animais;
5. Prestar assistência veterinária. A presença de um Médico Veterinário como Responsável Técnico para prestar a devida assistência, se dá em razão de minimizar tempo com o deslocamento e a ocorrência imprevista de agravo a saúde do animal, a qual requer assistência médica imediata.
6. Por sua vez, a LEI Nº 5.517, DE 23 DE OUTUBRO DE 1968 dispõe que é da competência privativa do médico veterinário a assistência técnica e sanitária aos animais, sob qualquer forma.
7. Manter atualizado o arquivo clínico de cada animal contendo os seguintes dados: data e local da captura, sexo, raça, idade presumida, foto do momento da apreensão, estado de saúde atestado pelo veterinário, tratamento recebido, data de saída, motivo de saída;
8. Informar ao município a solicitação de liberação do animal pelo seu proprietário e a quantidade de diárias visando o cálculo do valor devido e a expedição de guia de pagamento;
9. Liberar os animais somente após autorização formal da Secretaria requisitante;
10. Submeter-se às visitas periódicas da equipe da fiscalização sanitária;
11. Apresentar relatório mensal à Secretaria requisitante dos animais capturados com sua identificação completa;
12. Disponibilizar número de telefone celular para possibilitar contato direto e imediato com o contratado, durante 24hs por dia e 7 dias por semana, para recebimento de chamadas, atendimento aos proprietários dos animais, assim como, atender adequadamente os fluxos, normas e ordens definidas pela Secretaria Municipal de Gestão Ambiental;
13. Cadastrar a documentação dos proprietários, indicando com facilidade e rapidez as reincidências;
14. Comunicar toda e qualquer situação/evento que ocorra com o animal enquanto estiver sob a sua guarda;
15. Manter um local apropriado para separar os animais que porventura estiverem doentes (quarentena);
16. Deverá ser credenciado pelo contratado, para entrada no imóvel, todos os donos dos animais apreendidos para os efeitos de reconhecimento e posse dos mesmos;
17. Arcar com todas as despesas referentes à execução do contrato.

Qualificação técnica

- a) Cópia da inscrição do responsável técnico da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV;
- b) Cópia do registro da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV;
- c) Declaração afirmando que a licitante disporá de instalações, equipamentos e pessoal técnico especializados e necessários à prestação dos serviços, objeto da licitação, devidamente assinada pelo representante legal da empresa.
- d) Comprovação de aptidão em desempenho anterior de atividade pertinente e compatível em características semelhantes ao objeto de contratação, através de apresentação de Atestado(s)

fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante (**Artigo 30, II da Lei 8.666/93**).

Justificativa da qualificação técnica

A documentação solicitada é autorizada pelo Artigo 30, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e objetiva certificar a habilitação e aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Da Fiscalização do Contrato.

1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representante da Administração.
2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.
3. A fiscalização de que se trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes do vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
4. A escolha do fiscal recairá sobre pessoa que detenha conhecimento técnico suficiente do objeto, para acompanhar a assistência médica veterinária fornecida ao animal pela contratada, inclusive com a validação dos laudos emitidos, quando necessário.

Da modalidade

O município de Formiga promoverá a Licitação sob a modalidade **Pregão Eletrônico**, regida pelo Decreto 10.024/2019, pela Lei Federal 8.666/1993 e Lei 10.520/2002, e suas alterações posteriores.

Condições e prazos de pagamento

1. O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela **Tesouraria Municipal**, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento / Serviço - AF e Nota Fiscal / Fatura, corretamente.
2. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços, objeto do contrato, nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela secretaria adquirente.
3. A Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.
4. O **Fiscal** e/ou a **Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade**, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal / Fatura, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

5. O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.
6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato.
7. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

Obrigações da contratante

1. Emitir Autorização de Fornecimento / Serviço;
2. Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;
3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas. A Administração pagará o preço homologado, fiscalizará e gerenciará a execução do contrato e valores contratados conforme exigência do **Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008 e Leis aplicáveis;**
4. Fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
5. Rejeitar todo e qualquer serviço/material em desconformidade com as especificações deste Termo;
6. Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa;
7. Supervisionar as atividades realizadas pela CONTRATADA, dando subsídios técnicos e conceituais para a qualificação da prática do atendimento aos animais, a partir dos princípios estabelecidos em normas legais;
8. Providenciar as medidas administrativas (doação dos animais) necessárias à destinação dos animais guardados e não reclamados, decorridos os prazos estabelecidos pela Lei Municipal nº 4595/2012;
9. Responsabilizar-se pelo transporte dos animais até o local designado pela CONTRATADA.

Obrigações da contratada

1. Executar o objeto em conformidade com a descrição técnica contida neste Termo;
2. Disponibilizar instalações físicas em boas condições sanitárias para guarda dos animais, tais como currais e áreas de pastagens e que garantam a vigilância para evitar extravios dos animais durante o período de guarda;
3. Receber os animais encaminhados, a qualquer hora do dia, por um serviço de transporte animal terceirizado e contratado pela Secretaria Municipal de Gestão Ambiental, mediante entrega da resenha do animal e respectivo Boletim de Ocorrência;
4. Fornecer alimentação e tratamento médico-veterinário regular aos animais acolhidos;
5. Prover fichas individuais relativas a dados do estado clínico dos animais com informações dos seus parâmetros vitais e sobre o seu estado de saúde de modo geral e eventuais

- tratamentos recebidos;
6. Implantar sistema de identificação e registro de animais com utilização de microchips, com o objetivo de facilitar o monitoramento dos animais apreendidos e reincidentes;
 7. Providenciar a vigilância do local para evitar fugas e/ou furtos dos animais acolhidos;
 8. Exigir, quando da liberação dos animais, cópia do documento de identidade do proprietário e comprovante de endereço, além do comprovante de pagamento das tarifas, e demais encargos referentes à guarda de animais de seus proprietários ou responsáveis legais;
 9. Responsabilizar-se pelas indenizações decorrentes da perda imputável à CONTRATANTE dos animais sob sua guarda, incluídos roubo, furto e morte;
 10. Os animais deverão ficar em quarentena por um período de 24 (vinte e quatro) horas para observação clínica, sendo considerado inimputável.
 11. Emitir relatório de situação mensal, contendo informações sobre animais recebidos e/ou liberado;
 12. Expedir, quando for o caso, declaração dos animais não reclamados, com as especificações do animal e o número do Boletim de Ocorrência;
 13. Garantir os materiais necessários ao atendimento do objeto, conforme proposta apresentada;
 14. Disponibilizar pessoal técnico adequado para a realização do objeto da licitação, contendo na equipe técnica no mínimo um Responsável Técnico (RT) Médico Veterinário;
 15. Oferecer quadro de profissionais e espaço suficiente para acolher cerca de 25 (vinte e cinco) animais de médio e grande porte que forem apreendidos por estarem soltos em vias e áreas públicas dentro do período de um mês;
 16. Os animais deverão passar por uma avaliação clínica, tão logo estejam na sede da CONTRATADA, descrevendo todos os parâmetros vitais e achados clínicos encontrados, descrevendo ainda eventuais lesões ocorridas em decorrência do transporte, devendo ainda submeter os mesmos a microchipagem;
 17. Prestar assistência veterinária ao animal, doente, ferido, mutilado, extenuado, realizar exames IMA (taxa inclusa), estipulados pelo controle sanitário de órgãos oficiais como o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, incluindo prescrição de medicamentos/tratamentos pertinentes quando a situação dos animais acolhidos assim exigir.
 18. Informar para a Tesouraria do Município os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: tesourariapmf@gmail.com
 19. Apresentar a Fiscalização a Anotação de Responsabilidade Técnica, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato, na Secretaria Municipal de Gestão Ambiental.

Critério de avaliação das propostas

O julgamento das propostas será menor preço por lote.

Valores referenciais de mercado

Será anexado no edital convocatório o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, em cumprimento ao disposto no inciso II do § 2º do artigo 40 da Lei nº 8.666/93, obtidos pelos preços praticados no setor privado.

Da Dotação Orçamentária

A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

07 01 04.122.0001.2.166 3.3.90.39.00.00.00.00 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Gestão Ambiental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Não serão utilizados recursos da União para pagamento dos serviços.

Resultados esperados

Espera-se com essa contratação oferecer segurança aos motoristas e a população do município, abstendo-se de todo ato que possa constituir perigo ou obstáculo para o trânsito de veículos, de pessoas ou de animais, ou ainda causar danos a propriedades públicas ou privadas.

Os serviços objetivam, ainda, diminuir o sofrimento e a dor dos animais em condição de rua, abandono ou em situação de maus-tratos, resguardando todos os princípios que regem o bem-estar animal e cumprindo com o dever de proteção aos animais, com fundamento na Constituição Federal e legislação pertinente.

Vigência e critérios para concessão de reequilíbrio econômico-financeiro

1. O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, por ser serviço essencial e contínuo para a Administração, sendo que sua interrupção pode acarretar danos para o trânsito de veículos, pessoas e à saúde dos animais.
2. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação formalizada com vistas à manutenção do EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do contrato, na forma do art. 65, II “d” da Lei 8.666/93, o que não significa aumento do preço registrado.
3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato/instrumento equivalente, respeitará o intervalo mínimo de 2 (dois) meses, contados a partir da data da proposta comercial apresentada ao final da sessão de lances do pregão ou da data de início da vigência do último termo aditivo publicado.
4. O intervalo mínimo de 2 (dois) meses a que se refere o item anterior será dispensado caso a variação de preços no mercado seja superior a 10% (dez por cento) em relação aos preços vigentes.
5. A CONTRATADA deverá encaminhar à Diretoria de Compras Públicas o pedido de reequilíbrio por escrito e acompanhado dos documentos comprobatórios, contendo justificativa, notícias que indiquem a variação de preços no mercado e notas fiscais da semana do pedido do reequilíbrio e notas fiscais emitidas no mês de abertura da sessão ou do último reequilíbrio concedido.
6. A data do pedido será aquela em que ele for recebido pela contratante, sendo pré-requisito para isso o envio do pedido com a documentação completa, via correios, e-mail ou entregue pessoalmente, conforme estabelecido no item anterior.
7. A Contratante monitorará a variação de preços no mercado e em caso de indicação de redução dos preços, solicitará o reequilíbrio à CONTRATADA.

8. A Contratante autorizará o reequilíbrio mediante análise das notas fiscais recebidas e dos dados de fontes oficiais que reflitam a variação de preços no mercado.

9. O início da vigência do novo valor será na data da publicação do Termo Aditivo na imprensa oficial.

10. Endereço da Diretoria de Compras Públicas: Rua Barão de Piumhi, nº 92 A – 2º andar, Centro, CEP: 35.570-128. Email: juridicoelicitacao@gmail.com.

Penalidades:

1. Nas hipóteses de descumprimento contratual, inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto e à Administração;

b) Ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Formiga, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no artigo 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019;

2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

a) Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Art. 87 da Lei 8666/93;

b) Multa de mora no percentual de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor remanescente do contrato pela inadimplência até o limite de 02 (dois) dias, caracterizando a inexecução parcial do mesmo;

c) Multa compensatória no percentual de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor remanescente do contrato pela inadimplência, além do prazo de 02 (dois) dias, caracterizando a inexecução total do mesmo.

3. A aplicação das penalidades capituladas nos subitens anteriores não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas no art. 87 da Lei 8.666, de 21/06/1993, publicada no DOU de 22/06/1993.

4. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade superior devidamente justificado.

5. O montante da multa poderá, a critério do Município de Formiga-MG, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos ao fornecedor, independentemente de qualquer notificação.

Condições gerais

Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de avisos localizado na Rua Barão de Piumhi, 92 A (1º Andar) – Centro - Formiga–MG, cuja cópia poderá ser obtida através do Site www.formiga.mg.gov.br ou através de requerimento dirigido à Diretoria de Compras Públicas, na Rua Barão de Piumhi 92 A (2º Andar) - Centro - Formiga–MG.

O pregão eletrônico que dele resultar obedecerá integralmente a Decreto Federal nº 10.024/2019 e suas alterações, Lei nº 10.520/02, bem como o Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008 e as demais normas e condições estabelecidas no Edital.

O edital será disponibilizado no endereço eletrônico www.formiga.mg.gov.br ou podendo ser solicitado pelo e-mail: pregoeirospmformiga@gmail.com.

Formiga, 17 de janeiro de 2022.

Elaborado por:

Patricia Rodrigues
Coordenador de Compras

Aprovado por:

Leyser Rodrigues Oliveira
Secretário Municipal de Gestão Ambiental

ANEXO 02

MINUTA DE CONTRATO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2022**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: / 2022

Pelo presente contrato, tendo, de um lado, o **MUNICÍPIO DE FORMIGA-MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º: 16.784.720/0001-25, com sua sede administrativa localizada na Rua Barão de Piumhi, n.º: 121, Centro, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, **Sr Eugênio Vilela Júnior**, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado nesta cidade de Formiga - MG, portador do C.P.F. n.º: 799.185.496-53 e R.G. n.º: M 5.187.246 SSP/MG, a seguir denominado simplesmente “**CONTRATANTE**” e, de outro lado, a empresa-----, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º: ----- e Inscrição Estadual n.º: -----, estabelecida em -----, na Rua -----, neste ato, representada por seu Diretor, Sr.-----, brasileiro, estado civil, profissão, residente e domiciliado em -----, na -----, portador do C.P.F. n.º: -----, R.G. n.º: ----- e -----, doravante denominada “**CONTRATADA**”, resolvem firmar o presente contrato de prestação de serviços, como especificado em seu objeto, em conformidade com o **Processo Licitatório n.º: 20/2022**, na modalidade **Pregão Eletrônico n.º: 12/2022**, sob a regência da Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 10.024/19 e demais normas pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO, ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA E GUARDA DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (CAPRINOS, OVINOS, BOVINOS, BUBALINOS, EQUINOS, SUÍNOS, MUARES E ASININOS), APREENDIDOS POR ESTAREM SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS OU EM SITUAÇÃO DE MAUS TRATOS, DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE FORMIGA – MG, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL.

1.2. Valor contratado pela administração é de R\$ _____.

1.3. Os serviços, objeto deste contrato, serão executados em obediência ao Edital Convocatório e anexos, que passam a fazer parte integrante deste contrato, como se nele transcritos estivessem.

1.4. Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. Este contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº 8.666/93.

2.2. São condições de execução do presente Contrato:

2.2.1. Os serviços contratados deverão ser executados dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade.

2.2.2. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, sem autorização por escrito, ficando o mesmo passível de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

2.2.3. A tolerância do **CONTRATANTE**, com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da **CONTRATADA**, não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação, podendo o **CONTRATANTE** exercer seus direitos a qualquer tempo.

2.2.4. Toda a documentação apresentada no Instrumento Convocatório e seus Anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

2.2.5. O pessoal empregado na execução dos serviços não terá qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, sendo de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** todos os encargos decorrentes das relações de trabalho.

2.2.6. Compete ainda à **CONTRATADA**, toda e qualquer responsabilidade, civil, penal, previdenciária e fiscal, com o pessoal empregado ou com terceiros, oriundas da execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

3.1. A **CONTRATADA** responderá por todo e qualquer dano provocado ao Município, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo Município, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

3.1.1. Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo Município, decorrentes do não cumprimento ou do cumprimento deficiente pela **CONTRATADA** de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo **MUNICÍPIO** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

3.2. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da **CONTRATADA** for apresentada ou chegar ao conhecimento do **MUNICÍPIO**, este comunicará a **CONTRATADA** por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao **MUNICÍPIO** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela **CONTRATADA** não a eximem das responsabilidades assumidas perante o **MUNICÍPIO** nos termos desta cláusula.

3.3. Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do **MUNICÍPIO**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagos pela **CONTRATADA**, independentemente do tempo.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. DA CONTRATANTE

4.1.1.Emitir Autorização de Fornecimento / Serviço;

4.1.2. Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

4.1.3.Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** nas condições estabelecidas. A Administração pagará o preço homologado, fiscalizará e gerenciará a execução do contrato e valores contratados conforme exigência do Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008 e Leis aplicáveis;

4.1.4.Fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

4.1.5.Rejeitar todo e qualquer serviço/material em desconformidade com as especificações deste Contrato;

4.1.6.Notificar à **CONTRATADA**, sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa;

4.1.7.Supervisionar as atividades realizadas pela **CONTRATADA**, dando subsídios técnicos e conceituais para a qualificação da prática do atendimento aos animais, a partir dos princípios estabelecidos em normas legais;

4.1.8.Providenciar as medidas administrativas (doação dos animais) necessárias à destinação dos animais guardados e não reclamados, decorridos os prazos estabelecidos pela Lei Municipal nº 4595/2012;

4.1.9.Responsabilizar-se pelo transporte dos animais até o local designado pela **CONTRATADA**.

4.2. DA CONTRATADA:

4.2.1. Executar o objeto em conformidade com a descrição técnica contida neste Contrato;

4.2.2.Disponibilizar instalações físicas em boas condições sanitárias para guarda dos animais, tais como currais e áreas de pastagens e que garantam a vigilância para evitar extravios dos animais durante o período de guarda;

4.2.3.Receber os animais encaminhados, a qualquer hora do dia, por um serviço de transporte animal terceirizado e contratado pela Secretaria Municipal de Gestão Ambiental, mediante entrega da resenha do animal e respectivo Boletim de Ocorrência;

4.2.4.Fornecer alimentação e tratamento médico-veterinário regular aos animais acolhidos;

4.2.5. Prover fichas individuais relativas a dados do estado clínico dos animais com informações dos seus parâmetros vitais e sobre o seu estado de saúde de modo geral e eventuais tratamentos recebidos;

4.2.6. Implantar sistema de identificação e registro de animais com utilização de microchips,

com o objetivo de facilitar o monitoramento dos animais apreendidos e reincidentes;

4.2.7. Providenciar a vigilância do local para evitar fugas e/ou furtos dos animais acolhidos;

4.2.8. Exigir, quando da liberação dos animais, cópia do documento de identidade do proprietário e comprovante de endereço, além do comprovante de pagamento das tarifas, e demais encargos referentes à guarda de animais de seus proprietários ou responsáveis legais;

4.2.9. Responsabilizar-se pelas indenizações decorrentes da perda imputável à CONTRATANTE dos animais sob sua guarda, incluídos roubo, furto e morte;

4.2.10. Os animais deverão ficar em quarentena por um período de 24 (vinte e quatro) horas para observação clínica, sendo considerado inimputável.

4.2.11. Emitir relatório de situação mensal, contendo informações sobre animais recebidos e/ou liberado;

4.2.12. Expedir, quando for o caso, declaração dos animais não reclamados, com as especificações do animal e o número do Boletim de Ocorrência;

4.2.13. Garantir os materiais necessários ao atendimento do objeto, conforme proposta apresentada;

4.2.14. Disponibilizar pessoal técnico adequado para a realização do objeto da licitação, contendo na equipe técnica no mínimo um Responsável Técnico (RT) Médico Veterinário;

4.2.15. Oferecer quadro de profissionais e espaço suficiente para acolher cerca de 25 (vinte e cinco) animais de médio e grande porte que forem apreendidos por estarem soltos em vias e áreas públicas dentro do período de um mês;

4.2.16. Os animais deverão passar por uma avaliação clínica, tão logo estejam na sede da CONTRATADA, descrevendo todos os parâmetros vitais e achados clínicos encontrados, descrevendo ainda eventuais lesões ocorridas em decorrência do transporte, devendo ainda submeter os mesmos a microchipagem;

4.2.17. Prestar assistência veterinária ao animal, doente, ferido, mutilado, extenuado, realizar exames IMA (taxa inclusa), estipulados pelo controle sanitário de órgãos oficiais como o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, incluindo prescrição de medicamentos/tratamentos pertinentes quando a situação dos animais acolhidos assim exigir.

4.2.18. Informar para a Tesouraria do Município os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: tesourariapmf@gmail.com

4.2.19. Apresentar a Fiscalização a Anotação de Responsabilidade Técnica, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato, na Secretaria Municipal de Gestão Ambiental.

4.2.20. A CONTRATADA DEVERÁ ENTREGAR, EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO, PARA A FISCAL, A DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME MODELO DO ANEXO 03 DO EDITAL.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) E TELEFONE.

5.1. A execução do serviço deverá ser imediata, conforme encaminhamento dos animais pela empresa contratada para recolhimento, atendendo todas exigências e especificações apresentadas. A responsável pela fiscalização e acompanhamento da prestação de serviços será

Lohana Muniz, conforme exigência do Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008, a qual poderá ser contatada pelos telefones 37 3329 1804; ou 9 91263306 e/ou pelos e-mails: semam_fga@yahoo.com.br; codefa.codevida@gmail.com.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO

6.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços contratados, a importância do valor de R\$ _____.

6.2. Os preços contratuais serão os constantes na proposta.

6.3. O preço pelos serviços contratados inclui mão de obra, todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, encargos e constitui a única remuneração pela execução dos serviços.

6.4. O CONTRATANTE reserva-se no direito de, em qualquer ocasião, fazer alteração no contrato ou especificações, que impliquem redução ou aumento de serviços, de que resulte ou não correção do valor contratual, obedecido o limite previsto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, caso em que serão utilizados os preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria Municipal, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento / Serviço - AF e Nota Fiscal / Fatura, corretamente.

7.2 Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva execução total do objeto nas condições estabelecidas, que será comprovada por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela secretaria requisitante.

7.3 A Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

7.4 O Fiscal e/ou a Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal / Fatura, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

7.5 O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

7.6 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato.

7.7 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

7.8 Os dados para faturamento são os seguintes:

MUNICÍPIO DE FORMIGA-MG

CNPJ: 16.784.720/0001-25

INSCR. EST.: ISENTA

RUA BARÃO DE PIUMHI Nº 121- CENTRO -

FORMIGA-MG - CEP- 35570.128

TELEFONE: (37) 3329-1800

CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

07 01 04.122.0001.2.166 3.3.90.39.00.00.00.00 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Gestão Ambiental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Não serão utilizados recursos da União para pagamento dos serviços.

CLÁUSULA NONA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, por ser serviço essencial e contínuo para a Administração, sendo que sua interrupção pode acarretar danos para o trânsito de veículos, pessoas e à saúde dos animais.

9.2 O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação formalizada com vistas à manutenção do EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do contrato, na forma do art. 65, II “d” da Lei 8.666/93, o que não significa aumento do preço registrado.

9.3 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato/instrumento equivalente, respeitará o intervalo mínimo de 2 (dois) meses, contados a partir da data da proposta comercial apresentada ao final da sessão de lances do pregão ou da data de início da vigência do último termo aditivo publicado.

9.4 O intervalo mínimo de 2 (dois) meses a que se refere o item anterior será dispensado caso a variação de preços no mercado seja superior a 10% (dez por cento) em relação aos preços vigentes.

9.5 A CONTRATADA deverá encaminhar à Diretoria de Compras Públicas o pedido de reequilíbrio por escrito e acompanhado dos documentos comprobatórios, contendo justificativa, notícias que indiquem a variação de preços no mercado e notas fiscais da semana do pedido do reequilíbrio e notas fiscais emitidas no mês de abertura da sessão ou do último reequilíbrio concedido.

9.6 A data do pedido será aquela em que ele for recebido pela contratante, sendo pré-requisito para isso o envio do pedido com a documentação completa, via correios, e-mail ou entregue pessoalmente, conforme estabelecido no item anterior.

9.7 A Contratante monitorará a variação de preços no mercado e em caso de indicação de redução dos preços, solicitará o reequilíbrio à CONTRATADA.

9.8 A Contratante autorizará o reequilíbrio mediante análise das notas fiscais recebidas e dos dados de fontes oficiais que reflitam a variação de preços no mercado.

9.9 O início da vigência do novo valor será na data da publicação do Termo Aditivo na imprensa oficial.

9.10 Endereço da Diretoria de Compras Públicas: Rua Barão de Piumhi, nº 92 A – 2º andar, Centro, CEP: 35.570-128. Email: juridicoelicitacao@gmail.com.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES:

10.1. Nas hipóteses de descumprimento contratual, inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto e à Administração;
- b) Ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Formiga, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no artigo 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019;

10.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

- a) Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Art. 87 da Lei 8666/93;
- b) Multa de mora no percentual de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor remanescente do contrato pela inadimplência até o limite de 02 (dois) dias, caracterizando a inexecução parcial do mesmo;
- c) Multa compensatória no percentual de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor remanescente do contrato pela inadimplência, além do prazo de 02 (dois) dias, caracterizando a inexecução total do mesmo.

10.3. A aplicação das penalidades capituladas nos subitens anteriores não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas no art. 87 da Lei 8.666, de 21/06/1993, publicada no DOU de 22/06/1993.

10.4. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade superior devidamente justificado.

10.5. O montante da multa poderá, a critério do Município de Formiga-MG, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos ao fornecedor, independentemente de qualquer notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral e escrito do Município, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.
- b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo.
- c) Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

11.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Este contrato está vinculado de forma total e plena ao **Processo Licitatório n.º: 20/2022 – Pregão Eletrônico n.º: 12/2022**, que lhe deu causa, para cuja execução exigir-se-á rigorosa obediência ao Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Está designada e atuará como Fiscal do objeto, a servidora indicada na portaria de N° 4318, de 12 de março de 2021, Lohana Muniz

13.2. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei n.º. 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representante da Administração.

13.3. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

13.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

13.5. A escolha do fiscal recairá sobre pessoa que detenha conhecimento técnico suficiente do objeto, para acompanhar a assistência médica veterinária fornecida ao animal pela contratada, inclusive com a validação dos laudos emitidos, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. O extrato do presente contrato será publicado por conta da contratante, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Formiga - MG, para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato. E, por estarem justas, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Formiga (MG), ----- de ----- de -----.

MUNICÍPIO DE FORMIGA-MG

Eugênio Vilela Júnior

Prefeito Municipal

Contratante

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
Diretoria de Compras Públicas

RUA BARÃO DE PIUMHI, 92 A (2º ANDAR) - CENTRO - FORMIGA – MG

TELEFONE: (037) 3329 1844

TELEFAX: (037) 3329 1843

CEP 35570-128

EMAIL: pregoeirospmformiga@gmail.com

Contratada
Representante/Cargo

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: _____ Nome: _____
C.P.F.: _____ C.P.F. _____

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO 03

DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

Processo Licitatório nº: _____

Pregão nº: _____

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins do presente Processo Licitatório, a inexistência no quadro da empresa de sócios com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Formiga, de gestores e/ou servidores lotados nas respectivas entidades, conforme Portaria n.º 4.063, de 05 de maio de 2020.

Local e data

(Representante legal)

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
Diretoria de Compras Públicas

RUA BARÃO DE PIUMHI, 92 A (2º ANDAR) - CENTRO - FORMIGA – MG

TELEFONE: (037) 3329 1844

TELEFAX: (037) 3329 1843

CEP 35570-128

EMAIL: pregoeirospmformiga@gmail.com

ANEXO 04
PREÇO MÉDIO

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
20	/	2022				
1	6-005-67159	Licitação: 12/2022- PE Serviço de acolhimento e guarda de animais de médio e grande porte, incluindo alimentação e medicamentos.	DIA	4.000,000	56,2500	225.000,00
2	6-005-68348	Serviço médico veterinário com avaliação clínica dos animais	SV	12,000	7.775,6500	93.307,80
3	6-005-68349	Microchipagem e vermifugação	SV	350,000	74,8700	26.204,50
4	6-005-68350	Exames IMA + taxa de envio	SV	350,000	130,2100	45.573,50
					TOTAL DO PROCESSO:	390.085,80
					TOTAL:	390.085,80